

# Movimentos sociais e interação comunicativa: A formação da comunicação sem sujeito

*Ricardo Fabrino Mendonça\**

Este artigo discute o papel dos movimentos sociais no processo de construção de reivindicações amplas e publicamente consistentes. Com base nas noções de deliberação pública e de comunicação sem sujeito, procura-se evidenciar a importância de atores coletivos como catalisadores de interações, capazes de inserir sujeitos em redes discursivas formadas pelo cruzamento de múltiplos âmbitos interacionais. É na interseção dessas instâncias relacionais que a coletividade constrói suas questões e demandas, politizando os problemas vivenciados cotidianamente. Para ilustrar as discussões conceituais, recorre-se ao Morhan (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase), apresentando algumas falas proferidas por seus membros em diferentes âmbitos interacionais.

Movimentos sociais, Deliberação Pública, Hanseníase

This article discusses the role of social movements in the process of construction of broad and coherent demands. Based on the notions of public deliberation and subjectless communication, we seek to demonstrate the importance of collective actors as catalysts of interaction, capable of inserting subjects within discursive webs formed through the intersections of multiple interactional environments.

---

\* Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG. Bolsista da Fapemig e pesquisador do EME (Grupo de Pesquisa em Mídia e Espaço Público).

We argue that it is at the intersection of such relational fields that the collectivity constructs its issues and demands, thus politicizing its everyday problems. To illustrate the conceptual discussions we resort to the discourse produced, in different interactional spaces, by members of Morhan - a social movement that aims at the reintegration of individuals with leprosy disease, quoting from what its members have said in different interactional spaces

Social movements, public decision-making, leprosy

## Introdução

Muito se fala sobre a importância da formação de atores coletivos para o sucesso de lutas sociais, destacando-se, especialmente, o papel dos movimentos sociais. Afirma-se que a *sociedade civil organizada* detém poder para questionar práticas e instituições sociais e para propor novas configurações sociais em seus lugares. Mas o quê exatamente se quer dizer com isso? Que potencialidades carrega a existência coletiva? Por que o associativismo é tido como um dos principais elementos nos processos de transformação social?

Diferentes teorias sobre movimentos sociais têm encarado esse conjunto de perguntas de maneiras distintas. Embora não seja nosso interesse esmiuçar as definições estabelecidas por diversas correntes no presente artigo<sup>1</sup>, vale mencionar a existência de três tipos de argumento freqüentemente empregados para justificar a idéia de que as lutas sociais dependem da existência de coletividades. Sem mencionar aqueles autores que julgam que o simples “estar junto” tem um poder quase epifânico, capaz de solucionar quaisquer problemas, há, em primeiro lugar, pesquisadores que atribuem tal relevância à capacidade que as coletividades teriam para canalizar recursos (materiais e humanos) e implementar estratégias.<sup>2</sup> Em segundo lugar, notam-se aqueles que defendem que a partilha semântica encetada por um movimento social, por exemplo, gera um senso de identidade que impulsiona os indivíduos a lutarem por transformações sociais (Honneth, 2003; Melucci, 1996). Por fim, e quase que de forma superposta às outras vertentes citadas, há quem afirme que o “estar junto” pode ajudar atores individuais a superar suas deficiências (técnicas, cognitivas, comunicativas, deliberativas), colocando-se na cena pública em pé de igualdade (Dagnino, 2002).

Ainda que tenhamos reservas em relação a alguns aspectos das abordagens mencionadas, não discordamos de nenhuma delas no que se refere à questão aqui em tela. Acreditamos que os movimentos sociais são fundamentais nos processos de canalização de recursos, de propulsão à luta e de capacitação de seus membros. Parece-nos, todavia, que uma questão importante não tem sido

devidamente enfocada quando se reflete sobre os atores críticos coletivos: o papel que eles exercem de inserir sujeitos em redes de interlocução, através das quais os anseios pessoais podem ser convertidos em reivindicações públicas. Neste artigo, buscamos abordar essa dimensão dos movimentos sociais. Procuramos pensar como tais atores são forjados por, ao mesmo tempo em que fomentam, várias interações. Interações essas que alicerçam a própria construção das reivindicações do movimento, possibilitando que problemas vivenciados cotidianamente por alguns sujeitos sejam transformados em questões passíveis de defesa pública.

Nosso interesse recai, especificamente, sobre os processos de interlocução *argumentativa* fomentados pela existência da coletividade. Se se tem em vista que um movimento possibilita a inserção de seus membros em uma série de discussões que se processam em distintos contextos (internos e externos), fica clara a sua importância na promoção de embates discursivos, que supomos fundamentais nos processos de construção de argumentos complexos e publicamente consistentes. A idéia, aqui, defendida é a de que os lances discursivos proferidos pelos membros de um movimento social participam da tessitura de uma rede argumentativa que favorece à criação de reivindicações pautadas por princípios gerais, porque o *toma lá dá cá* da argumentação pode engendrar a formação daquilo que Habermas chama de *comunicação sem sujeito*.

Essa comunicação constituída de forma a não frisar interesses particularistas não toma corpo em um único debate. Nem segue a lógica linear e cronológica de apenas um diálogo. Ela se materializa através da superposição de variados *âmbitos interacionais*. Nesse sentido, a atenção a tais instâncias relacionais oferece um caminho metodológico interessante para pensar os movimentos sociais e a configuração pública de suas questões.

Visando a discutir esse processo, começaremos o artigo abordando a constituição relacional de um movimento social e chamando a atenção para a existência de vários *âmbitos interacionais*. Em seguida, mostraremos como essa idéia pode ser útil no estudo de lutas sociais, ao tratar, com base nas noções de *deliberação pública* e de

*comunicação sem sujeito*, os processos em que problemas cotidianamente vivenciados são politizados e transformados em reivindicações gerais. Por fim, exemplificaremos nossa discussão com uma breve análise do Morhan (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase), observando o movimento de generalização de uma questão através de falas proferidas em diferentes *âmbitos*.

## Movimentos sociais e interação: a configuração de um ator coletivo em diferentes âmbitos

Pensar os movimentos sociais é pensar um conjunto de interações<sup>3</sup> envolvendo sujeitos ansiosos por mudar o mundo (Alexander, 1998). Esses atores coletivos nada mais são do que a apresentação pública de interações processadas em múltiplos contextos. Como bem coloca Klandermans (1992), os movimentos só existem no interior de *campos multiorganizacionais*: eles se constroem a partir de vários cruzamentos em que alianças e conflitos são instaurados. Tais atores não têm, portanto, uma existência apriorística e fechada, mas se reconfiguram o tempo todo no próprio ato de interagir. Eles são construções laboriosas, provenientes do "resultado de trocas, negociações, decisões e conflitos entre atores" (Melucci, 1996: 4).

Nesse panorama, interessam-nos, especialmente, as interações *comunicativas* que tomam corpo nesse processo. Estas são caracterizadas pela "presença do 'um' e do 'outro' em condições particulares – que é a construção de mensagens, a edificação de linguagens que vão exprimir e materializar simbolicamente o 'estar junto com'" (França, 1995: 38). As interações comunicacionais expressam uma forma de relação que é corporificada pela linguagem e que se encontra inserida em contextos sócio-culturais, que não apenas a moldam, mas também podem ser reconfigurados por ela. "A noção é circular: a palavra envia à relação, a relação à palavra, ambas profundamente inseridas na vida social. Linguagem, relação dos interlocutores e contexto (ambiência) cultural constituem os elementos fundadores do ato comunicativo" (França, 1995: 39).<sup>4</sup>

As interações comunicativas são extremamente relevantes no processo de tessitura da coletividade e de suas reivindicações. Observa-se que há, em primeiro lugar, uma série de interlocuções internas entre sujeitos que, cotidianamente, atualizam as redes de solidariedade do movimento e expressam questões, problemas e necessidades. A dinâmica interna envolve várias práticas comunicativas que se concretizam em diferentes contextos, que vão de simples conversas em um ponto de ônibus até reuniões mais formais. Elas são essenciais para a construção de semânticas coletivas, com base nas quais a realidade é lida e alternativas a ela são forjadas (Melucci, 1996; Snow *et al.*, 1992).

Além disso, não se pode perder de vista que os movimentos sociais também se constituem em diálogo com atores externos. É diante de outros grupos, do Estado, de empresas e de governantes, por exemplo, que um movimento se apresenta e publiciza suas reivindicações. Não se fala apenas internamente. É preciso interagir com outros atores de forma a fazer-se visível e apresentar suas demandas, as quais são reconfiguradas na própria interação, já que, como propõe Louis Quéré (1991), atores sociais não partem de intenções inteiramente pré-definidas, mas as constroem no próprio jogo relacional. Reuniões com "autoridades", audiências públicas, manifestações, cartazes, cartilhas, relatórios, jornais e campanhas de mídia são bons exemplos de situações em que os membros do movimento se relacionam com pessoas que não pertencem a seus quadros.

Além dessa clivagem entre interlocuções internas e externas, as instâncias interativas que perpassam um movimento social também podem ser subdivididas de acordo com outros critérios. Pode-se, por exemplo, falar de âmbitos mais ou menos formais, de maior ou menor densidade argumentativa, de relações face-a-face ou midiaticizadas. O importante é ter sempre em vista que há uma multiplicidade de interações comunicativas ocorrendo e que os movimentos sociais não apenas nascem a partir delas, mas também as engendram. Como já dito, os movimentos só existem se promoverem intercâmbios entre seus membros e entre eles e atores externos.

Importante perceber, ainda, que esses fluxos interativos de que vimos falando tomam corpo em vários *âmbitos interacionais*: i.e. instâncias em que os membros de um ator coletivo interagem com outros atores sociais. Mais do que isso, é preciso perceber que *âmbitos* diferentes estão alicerçados em *contratos de comunicação* distintos. Percebendo, com Patrick Charaudeau, que o discurso tem um componente *lingüístico* (material verbal) e um *situacional* (material psicossocial), que “são simultaneamente autônomos, em sua origem, e interdependentes em seu efeito” (1996: 6)<sup>5</sup>, destacamos que *interações comunicativas* empreendidas em contextos distintos instauram *contratos* diferentes. Isso porque as condições de produção da fala, os laços que envolvem os interlocutores e as regras que regem a troca simbólica não são os mesmos.<sup>6</sup> Conversar diretamente com pessoas que partilham experiências e problemas semelhantes é muito diferente de falar para o movimento como um todo, o que, por sua vez, é distinto de um discurso publicado por um jornal de grande circulação ou das conversas ocorridas em uma reunião formal, a portas fechadas, com um governador de estado.

O essencial é ter em vista que a configuração de um movimento social envolve uma sobreposição entre diversos *âmbitos*. As instâncias em que seus integrantes interagem são porosas e se intersectam, garantindo que temáticas e assuntos surgidos em um *âmbito* ganhem formatos diferentes em outros *loci relacionais*. É da circularidade entre os *âmbitos* que se forja a noção de um coletivo dotado de ação, capaz de elaborar estratégias, renová-las, executá-las. A sutura entre os *âmbitos* possibilita a própria constituição, sempre dinâmica, do ator coletivo e de suas reivindicações.

## Troca pública de argumentos e a generalização das questões

Na complexa dinâmica de relações com instituições, outros públicos e os próprios membros, em que *âmbitos* distintos se cruzam, um movimento constrói formas de entender o mundo, sugere leis e práticas sociais diferentes das que estão em voga. Em diversos *âm-*

*bitos interacionais*, integrantes de uma agência social coletiva podem elaborar questões e proceder à *tematização pública* das mesmas. Por meio de uma trama de relações, podem *traduzir e generalizar* seus argumentos, tarefa para a qual dependem de aspectos da cultura partilhada (Alexander, 1998).

Segundo Jeffrey Alexander (1998), as questões específicas, oriundas de um determinado sub-sistema, precisam ser generalizadas à sociedade como um todo. Assim, os movimentos se ancoram em valores e perspectivas amplamente difundidos. Para o autor, a legitimidade dos movimentos sociais nasce da referência às *obrigações latentes* da sociedade, já que esta é normativamente entendida como ética e solidária. Assim, “passar de um problema relativo a uma esfera específica da sociedade a um problema da sociedade toda exige que os líderes dos movimentos sociais ajam com criatividade e imaginação” (Alexander, 1998: 25). Exige também a interlocução em uma série de instâncias interativas, a começar por aquelas que estão na própria base do movimento.

As interações cotidianas entre pessoas que compartilham experiências e a vivência de situações problemáticas permitem que as pessoas deixem suas marcas e confirmam “um sentido próprio às condições que determinam suas vidas” (Melucci, 1994: 186). Cabe ressaltar que essas falas cotidianas não só mobilizam discursos mais amplos do próprio movimento e da sociedade, como também representam impulsos inovadores. Isso porque, como lembra Honneth, “entre as finalidades impessoais de um movimento social e as experiências privadas que seus membros têm da lesão, deve haver uma ponte semântica que pelo menos seja tão resistente que permita a constituição de uma identidade coletiva” (Honneth, 2003: 258). Os movimentos sociais captam “os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem (...) para a esfera pública política” (Habermas, 1997, v. 2: 99). Assim, não basta estudar o que aparece na esfera pública mais ampla — o discurso geral do movimento como um todo —, fazendo-se necessário atentar também para esses ecos a partir dos quais as argumentações nascem.



É, muitas vezes, por meio de trocas argumentativas cotidianas *voltadas para o entendimento mútuo* que pontos de vista podem ultrapassar um certo caráter individualizado, convertendo-se em enquadramentos mais amplos, politizados e partilhados coletivamente. É aqui que se mostra interessante a noção de *deliberação pública*, que vem sendo trabalhada por um grande número de autores contemporâneos.<sup>7</sup> A idéia dessa troca comunicativa, marcada pela *publicidade*, pela *racionalidade*, pela *revisibilidade* e pelo *princípio do melhor argumento* tem orientado um conjunto de autores a pensar a centralidade dos processos comunicativos para a constituição da democracia, alargando o conceito de política e pensando as interfaces entre a vida cotidiana dos cidadãos ordinários e as instâncias decisórias formais.

No caso das interações que perpassam um movimento social, a nossa suposição é que, através do “vai-e-vem” *deliberativo*, possibilitado por alguns âmbitos interacionais, proferimentos podem ser aperfeiçoados, de tal sorte que se tornem mais defensáveis na *esfera pública*. O permanente choque de discursos pode levar a um enriquecimento — em termos de complexidade, densidade e abrangência — dos argumentos. Trata-se do *ganho epistêmico* suscitado pela deliberação. Paulatinamente, as questões tornam-se mais genéricas — e complexas — porque incorporam as perspectivas de vários atores. Constitui-se, assim, aquilo que Habermas cognomina *comunicação sem sujeito*: os argumentos se descolam de pessoas e contextos específicos, tornando-se mais densos e abrangentes.

Seyla Benhabib (1996) denomina esse processo como a formação de uma *conversa pública anônima*. Defendendo que todos os concernidos devem ter a oportunidade de apresentar seus pontos de vista em um processo deliberativo, ela afirma que, da colisão entre eles, nasce uma *comunicação anônima* que não pertence a nenhum sujeito em particular. Isso não apenas porque os argumentos complexificam-se reciprocamente, mas também porque os sujeitos se vêem compelidos a adotar vieses cada vez mais amplos. Recorrendo à leitura que Hannah Arendt faz de Kant, Benhabib destaca o conceito de *mentalidade ampliada* (*enlarged mentality*), assinalando que as redes discursivas da esfera pública geram um processo em que cada

ator ultrapassa suas próprias posições e articula seus argumentos a partir de perspectivas mais gerais.

Na mesma direção, Simone Chambers alega que a “deliberação trata-se, efetivamente, de trabalhar os interesses que partilhamos uns com os outros, os quais podem elaborar uma razão para o reconhecimento coletivo de uma norma” (1996: 102). Segundo Chambers, um interesse generalizável não se apóia sobre interesses particulares idênticos, mas representa a subjacente interseção oriunda da sobreposição de diferenças. Tal interesse não pressupõe, pois, uma verdade universal, sendo construído cooperativamente. “Por meio da crítica e do argumento, da revisão e da reinterpretção, nós deliberativamente chegamos ao interesse generalizável” (Chambers, 1996: 104).

De acordo com Bohman, “essas formas de comunicação estendidas e descontextualizadas podem ser generalizadas para a esfera pública, que está aberta para uma audiência ilimitada de comunicação” (1996: 43). O autor assinala que tal generalização tem duas consequências diretas: ela reduz a influência de características privadas sobre os argumentos, ao mesmo tempo em que gera uma certa ambigüidade, requerendo constantes interpretações e explicações.

Outro a apontar a proficuidade da *comunicação sem sujeito* é John Dryzek (2004), que defende que a deliberação transcende os indivíduos e se concretiza no embate de *discursos* publicamente acessíveis. “A possibilidade de deliberação é mantida na extensão em que o intercâmbio refletido for possível através das fronteiras de diferentes discursos” (Dryzek, 2004: 51). Na medida em que a *constelação discursiva* disponível na esfera pública permite o cotejamento e o embate de argumentos, podem-se produzir perspectivas que ultrapassam as posições de atores específicos. Isso porque a fala proferida em deliberação deve ser capaz de “conectar a experiência particular de um indivíduo, grupo ou categoria com algum princípio mais geral” (Dryzek, 2004: 51).

Argumentos mais abrangentes são, geralmente, apresentados em *âmbitos interacionais* mais formalizados de interlocução. No caso dos movimentos sociais, relatórios e reuniões com membros do poder

público são bons exemplos dessas instâncias. Os *media* também têm papel fundamental nesse processo ao possibilitar interlocuções mais amplas e publicamente acessíveis. A materialização do discurso em produções midiáticas demanda certas ordenações e construções que facilitem a compreensibilidade, além de impor certos constrangimentos em virtude da abrangência de sua audiência. Afinal, há argumentos que não podem ser defendidos publicamente, sem ferir as regras da civilidade (Cohen, 1997).

O que se afirma, em síntese, é que os fluxos discursivos que passam um movimento social — e que ocorrem em diferentes *âmbitos interacionais* — cruzam-se e embasam a própria configuração desse ator. É justamente porque os membros de uma agência coletiva falam em diferentes contextos que eles conseguem produzir reivindicações descoladas de indivíduos específicos. Tal processo é fundamental para que atores individuais consigam expressar suas demandas e necessidades de modo que não sejam simplesmente pautadas pela lógica do interesse próprio, mas que sejam moralmente vinculantes.

Paralela e inversamente a essa generalização, a porosidade entre os âmbitos também permite uma reapropriação cotidiana de princípios abstratos e problematizações genéricas. Não se trata, portanto, de um processo linear, em que as questões sempre nasceriam ligadas à experiência concreta dos sujeitos, caminhando no sentido da generalização para a expressão pública. Nota-se a existência de um permanente processo de *reapropriação reflexiva* daquilo que é público, o que permite transformações na forma como as pessoas percebem o mundo. A ação em variados *âmbitos interacionais* permite a inserção de pessoas afetadas por um dado problema em um movimento de *generalização* e *re-individualização* dos argumentos, essencial para a renovação e sustentação da própria luta social.

## Morhan: a luta das pessoas atingidas pela hanseníase

Para exemplificar, empiricamente, a forma como o cruzamento de lances discursivos produzidos em diferentes *âmbitos interacionais*

pode levar ao fortalecimento de questões, recorreremos ao Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan). Fundado no início da década de 1980 no interior de São Paulo, o movimento vem lutando, nacionalmente, pela eliminação da enfermidade e pela garantia de qualidade de vida àqueles que foram por ela acometidos.

Essa empreitada inclui desde lutas simbólicas até batalhas materiais e legais. Tendo em vista que o desrespeito assume formas variadas, como discute Axel Honneth (2003), também as lutas contra ele assumem múltiplas feições. Segundo o autor, “na autodescrição dos que se vêem maltratados por outros, desempenham (...) um papel dominante categorias morais que, como as de ‘ofensa’ ou de ‘rebaixamento’, se referem a formas de desrespeito, ou seja às formas do reconhecimento recusado” (2003: 213). Honneth lista, basicamente três tipos de *desrespeito*: impossibilitar um ser humano da livre disposição sobre seu corpo (sobretudo através de maus-tratos e lesões físicas)<sup>8</sup>, a exclusão da posse de determinados direitos (que mina a possibilidade de o sujeito ver-se como igual aos outros) e o rebaixamento do valor de sujeitos e grupos (que retira de alguns indivíduos a possibilidade de atribuir um valor social às suas próprias capacidades).

As pessoas atingidas pela hanseníase têm sido, historicamente, alvo dessas três formas de desrespeito.<sup>9</sup> Em *primeiro lugar*, nota-se que foram, freqüentemente, submetidas a várias formas de violação corporal, patentes em situações como: afogamentos e incinerações coletivas na Idade Média; encarceramentos no interior de cabanas sem as mínimas condições de vida; a realização de diversas experiências “científicas” antes da descoberta da cura da doença; o transporte de enfermos em vagões ferroviários lacrados no início do século XX; o exercício da prática de esterelização de hansenianos em diversos países; a separação entre pais doentes e seus filhos no momento do nascimento destes; ou as caçadas a “leprosos” que integraram as tentativas eugenistas de higienização da sociedade.

Em *segundo lugar*, observa-se que muitos de seus direitos foram oficialmente negados ou tiveram seu exercício efetivo impossibilitado.

Trate-se de direitos civis, políticos ou sociais, as pessoas atingidas pela hanseníase foram, geralmente, relegadas a uma condição de *sub-cidadania*. Nesse sentido, Richards lembra que, já na Idade Média, a exclusão formal do doente transformava seu estatuto: “Ele se tornava uma não pessoa, impossibilitado de legar ou herdar propriedade, de defender suas demandas em tribunal etc” (1993: 159). Béniac também assinala que a enfermidade “conferia às suas vítimas um estatuto jurídico especial que acaba de ser estabelecido no século XII. Depois do nome, menciona-se ‘leproso’, como ‘padre’, ‘cavaleiro’ ou ‘donzel’” (1997: 136).<sup>10</sup>

Exemplos mais recentes de perda de direitos são encontrados na realização do internamento compulsório que atravessou quase todo o século XX, cerceando as liberdades civis dos enfermos e praticamente extirpando suas possibilidades de participação na sociedade. Cabe ressaltar que, ao serem internados, muitos forneciam identidades falsas, para proteger seus familiares saudáveis, os quais certamente seriam prejudicados caso corresse a notícia de que tinham um parente com *lepra* (Diniz, 1961; Bechler, 2003). Nem a seus nomes passavam a ter direito.<sup>11</sup> Há de se destacar, ainda, as severas restrições que lhes são impostas no que se refere aos direitos sociais. Se estes incluem “o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria” (Carvalho, 2003: 10), fica claro que muitos hansenianos não podem desfrutá-los, seja porque foram impedidos de estudar, porque foram retirados de seus trabalhos na sociedade e levados a instituições onde eram obrigados a exercer atividades quase não remuneradas, ou porque permanecem sem conseguir atendimento médico e indenizações pelos danos que lhes foram causados.

Em *terceiro lugar*, percebe-se uma duradoura *estigmatização* da doença e das pessoas por ela atingidas.<sup>12</sup> Vista desde o Oriente Antigo como impureza moral e física, a *lepra* sempre esteve associada a um imaginário degradante. Nesse imaginário — permanentemente atualizado em discursos e práticas sociais — são recorrentes os mitos que falam de uma doença que leva ao apodrecimento em vida, bem como a imagem do bando de *leprosos*, cheios de faixas, que vivem a

mendigar. A feiúra, a improdutividade, a desumanização<sup>13</sup> e a idéia de sujeira são elementos constantes quando se pensa em lepra.

Dado esse quadro de desrespeito — multifacetado e milenarmente enraizado —, muitas pessoas acometidas pela hanseníase têm se inserido em processos de luta que visam a desconstruí-lo. No Brasil, o Morhan é o ator coletivo que mais tem se destacado nesse sentido, realizando atividades que vão de manifestações públicas à participação em conselhos de saúde ou em comissões técnicas e científicas voltadas para a eliminação da doença. Há de se citar, ainda, a estratégia de articulação com outros atores críticos em *redes de movimentos sociais*<sup>14</sup> e a incessante busca por tematização da hanseníase, que se faz explícita, por exemplo, nas várias tentativas de obter espaço nos *media*.

De um modo um tanto simplista, suas reivindicações podem ser resumidas pela demanda para que o governo e a sociedade voltem suas atenções à questão da hanseníase. Isso implicaria, por exemplo, um melhor atendimento de saúde; criação de condições para inserção social dos egressos dos antigos hospitais-colônia; divulgação de informações que combatam o estigma e as práticas preconceituosas; e treinamento de profissionais de saúde para a realização de diagnóstico precoce. Como já dito, trata-se de uma luta por reconhecimento, que tem dimensões íntimas, legais, simbólicas e materiais.

## Na profusão de âmbitos, a produção de argumentos mais complexos

As lutas do Morhan ocorrem através da ação concreta de seus membros, tomando corpo em uma multiplicidade de contextos ou *âmbitos interacionais*. Essa profusão de situações interacionais intersecantes possibilita a tematização das questões que envolvem a hanseníase de maneiras publicamente consistentes porque moralmente vinculantes. O que se afirma, aqui, é que a confecção intersubjetiva de argumentos permite a formação de uma *comunicação sem sujeito*, mais complexa e atenta a interesses conflitantes.

Para ilustrar essa questão, citaremos alguns lances discursivos elaborados por integrantes do Morhan em diferentes *âmbitos de interação*. Trata-se de falas circunscritas à temática do *futuro dos hospitais-colônia*, a qual pode ser resumida da seguinte maneira: o que fazer com as colônias — e as pessoas que nelas foram internadas compulsoriamente — depois que o tratamento da hanseníase passou para o regime ambulatorial? O problema, que tem várias dimensões, arrasta-se há décadas em diferentes países. Merece destaque a discussão sobre a posse dos terrenos nas colônias. Pacientes de hanseníase e egressos das colônias costumam enquadrar a situação sob um viés que frisa a *injustiça* e a *falta de compromisso do Estado*. É como se, após a descoberta da cura da enfermidade, o governo quisesse lhes roubar a vida uma segunda vez, retirando-lhes o mundo que construíram dentro das colônias.

O primeiro lance discursivo a ser citado a esse respeito ocorreu no contexto de um grupo de discussão em que antigos moradores de hospitais-colônia eram convidados a conversar, a fim de elaborar propostas para a reestruturação dos mencionados hospitais.<sup>15</sup> Buscava-se criar um quadro de informalidade, gerando condições para que os indivíduos “falassem, com coração, de suas próprias histórias e vida”.<sup>16</sup> Nessa conjuntura, uma moradora de uma colônia marcou sua posição:

**Maria**<sup>17</sup>: *eu, por exemplo, não tenho um lote, eu tenho um quintal imenso, meu quintal pega na base de talvez uns... três quilo de milho de planta. É plantado tem tudo, bastante, mandioca plantada, num tem melhor porque eu sou sozinha, num tem ninguém que me olha, que me ajuda né?! Não tá muito ajeitado, mas é um terreno muito bacana. E tá desse jeito também: não tá nada no nome dos doente. O que tá lá é tudo no nome da [nome de uma fundação estadual que administra hospitais] né? Só que a [nome da fundação] não quer nem saber, se tá no mato, se tá produzindo, o que que tá acontecendo. E num procura legalizar, né?! Botar no nome das pessoas, as casas... no nome das pessoas... tá do mesmo jeito que vocês tão falando. E, na falta da gente, o pessoal da gente não herda nada né?! Porque as casa foi a gente que construiu, mas se... num der um título pra gente, no fim, fica pra [nome da fundação]. Eu, por exemplo, num tenho filho, num tenho marido, mas tenho dois irmãos, e, falta minha, se facilitar, num pega minha casa, porque não tá no meu nome né?!.*

A fala de Maria emerge de sua experiência concreta. Ela nasce do medo de não possuir documentos que comprovem que a casa que ela construiu pertence-lhe de fato. A mulher teme que seus irmãos não venham a herdar aquilo que é seu, e que o “lote com três quilo de milho de planta” seja reincorporado pelo Estado. Seu discurso, marcado pelo tom informal de partilha com pessoas que vivenciam problemas semelhantes, é guiado pelo interesse de possuir a titulação do terreno em que vive.

Esse ponto de vista aparece de uma forma um pouco mais geral em outro *âmbito interacional*. Em matéria intitulada *Lobos com pele de cordeiro*, publicada no *Jornal do Morhan*<sup>18</sup>, André de Paula (um dos fundadores do movimento) declara:

A campanha pela desativação do hospital de Curupaiti e a transferência dos internos para o Hospital Tavares de Macedo é mais uma jogada dos grandes especuladores imobiliários, interessados em ganhar dinheiro com a área ocupada pelos hansenianos, hoje extremamente valorizada. (JM, n. 4/5, 1984: 8)

os hansenianos não são ouvidos em questões que dizem respeito à sua vida. Querem tirá-lo de um lugar onde vivem há muito, onde estabeleceram raízes, para transferi-los para outro. Ele tem direito de decidir como qualquer cidadão, sobre a sua existência. “A terra é de quem nela residir” (São Tomás de Aquino). (JM, n. 4/5, 1984: 8)

O argumento aqui não é o da mulher que receia que seus irmãos não herdem aquilo que ela, de certa forma, possui. A fala se torna mais abstrata, buscando ultrapassar interesses individuais. Levantam-se problemas de fundo que cercam a questão e que afetam várias pessoas. Mais denso, o argumento dá a entender que os moradores de colônias (como um todo) não recebem o título dos lotes onde vivem, porque há pessoas lucrando com esses imóveis. Afirma-se, que a alegada tentativa de inserção social dos enfermos, por meio da desativação dos hospitais, é movida por interesses econômicos. Tanto que as pessoas atingidas pela hanseníase nem estariam sendo ouvidas. Reivindica-se, então, que elas sejam consideradas como cidadãos autônomos, com direito de decidir sobre os rumos de suas vidas.

Linha de argumentação semelhante é a que guia o advogado Fuad Abdala, autor de um artigo intitulado *A quem interessa a*



*desativação das colônias?* publicado na segunda edição do mesmo jornal. Abdala também não trata de um paciente em específico, mas se aproxima do tema de uma forma ampla: “os internados, que até então tinham casa e comida, foram deixados à própria sorte, muitos incapacitados para trabalhar e sem ter a quem recorrer” (JM, n. 2, 1983: 4).

A questão se torna, ainda, mais genérica em um terceiro *âmbito interacional*, quando assume a forma de proposições em um relatório a ser encaminhado ao Ministério da Saúde. Nele, defende-se a necessidade da: “Garantia do direito à moradia com o título de propriedade privada (escritura definitiva)” e da “garantia do título de propriedade privada com base na lei do *Usufruto*, considerando para este fim, a destinação do imóvel para as gerações descendentes”. A fala, aqui, não é a da mulher que teme perder seu quintal, nem do ativista que denuncia a ação dos *lobos*, mas de uma coletividade que apresenta suas reivindicações em termos gerais, no intuito de que sejam transformados em regulamentações.

Termos esses que se tornaram mais complexos através da deliberação. A esse respeito, vale notar que uma outra participante do supracitado seminário (primeiro âmbito citado) afirmava:

**Marcela:** *não é legal a gente pensar assim: “Todo mundo vai virar fazendeiro”, né?! Então, o que que a gente propôs, põem a gleba, põe um lote digno pra cada um, e o restante, a gente cria um parque memorial e cultural da cidade. Tá? Naquela área, passa a ser patrimônio comunitário [...] e a gente cria todo um envolvimento.*

Busca-se, aqui, quebrar o possível contra-argumento de uma tentativa de enriquecimento às custas do Estado. Fica claro que a fala não é a expressão de um estado de idéias previamente elaborado, mas um espaço de cruzamentos de diversos elementos.<sup>19</sup> A deliberação compele o ator a considerar o outro em seu próprio proferimento, visto tratar-se de um processo intersubjetivo. Como assinala Benhabib, ao articular razões em público, o sujeito precisa “pensar a partir da perspectiva de todos os envolvidos no acordo que ele está perseguindo” (1996: 72). Nesse caso, é preciso defender-se

da idéia de que os pacientes de hanseníase só pensam em proveito próprio. E esse aspecto encontra ressonância em outro ponto do referido relatório (terceiro âmbito citado):

Criar critérios e delimitação para as Terras, em que 50% seria para o tratamento da hanseníase, e os outros 50% seria para o governo, que re-utilizaria a partir de um plebiscito apontando para uma nova função daquele espaço (atendendo às demandas oriundas dos anseios da população).

Essa abstração da comunicação, através da qual os argumentos ganham densidade, representa uma possibilidade concreta para que atores críticos venham a se sustentar na cena pública. Ainda que os indivíduos sozinhos tenham muitas dificuldades e prescindam de capacidades fundamentais, juntos eles podem produzir brechas de visibilidade e argumentos epistemicamente coerentes para discussão na *esfera pública*. Argumentos esses, aliás, que poderiam ser tomados como sensatos em futuras negociações com o Estado, visto que os supostos interesses deste são levados em conta.

## Considerações finais

O presente artigo buscou justificar a importância dos movimentos sociais, com base no papel que eles exercem de inserir sujeitos em redes de interlocução, através das quais os anseios pessoais podem ser convertidos em reivindicações públicas. Entendemos que a constituição relacional dos movimentos sociais catalisa uma série de interações comunicativas, por meio das quais os processos de luta social podem se ver não apenas fortalecidos, mas também renovados. As trocas argumentativas encetadas pela coletividade fomentam um processo de generalização das questões que permite a sua defesa na *esfera pública*.

Para defender tal proposta, embasamo-nos nas noções de *deliberação pública* e de *comunicação sem sujeito*, recorrendo principalmente às idéias de Jürgen Habermas. A idéia é que fluxos deliberativos permeiam os movimentos sociais, sendo que esses momentos de troca de comunicativa — marcados pela *publicidade*,

pela *racionalidade*, pela *revisibilidade* e pelo *princípio do melhor argumento* — possibilitam a complexificação de reivindicações e propostas — eis a idéia *ganho epistêmico* —, justamente porque formatadas coletivamente. Buscamos ilustrar tais proposições com a luta das pessoas atingidas pela hanseníase, discutindo alguns lances discursivos referente à temática do futuro dos hospitais-colônia. Nesse exemplo, pudemos acompanhar a emersão de um conjunto de argumentos em diferentes *âmbitos interacionais*, observando como o cruzamento desses âmbitos possibilita um movimento de generalização de uma questão.

Claro está que a observação aqui ensaiada é demasiado sucinta para sustentar, com propriedade, as idéias defendidas. No escopo e dimensão deste artigo, não foi possível analisar um número maior de *âmbitos* ou mesmo apreciar instâncias em que se verifica um efetivo choque de idéias com atores externos. Também seria interessante estudar a receptividade de tais argumentos na *esfera pública*. Essas são algumas das propostas que vimos desenvolvendo em nossa pesquisa.

Acreditamos, todavia, que a ilustração aqui apresentada evidencia a conformação de uma rede discursiva em que interesses pessoais são, paulatinamente, convertidos em princípios mais gerais. Conversão essa que se processa por meio de interações em variados contextos. Com isso, defendemos que a relevância da existência coletiva está, também, em sua capacidade de promover a enriquecedora interlocução argumentativa<sup>20</sup>.

## Referências

ACKERMAN, Bruce; FISHKIN, James. Deliberation day. In: FISHKIN, J.; LASLETT, P. (eds.) *Debating deliberative democracy*. Malden: Blackwell, 2003. p. 07-30.

ALEXANDER, Jeffrey. Ação coletiva, cultura e sociedade civil - Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *RBCS*, v. 13, n. 37, p. 05-31, junho 1998.

ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Sociedade Civil e Teoria Social. In: AVRITZER, L. *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora: 1994. p. 147-182.

AVRITZER, L. Teoria democrática e deliberação pública. *Lua Nova*. São Paulo, n.49, p. 25-46, 2000.

BAKIRTZIEF, Zoica. *Águas passadas que movem moinhos*: as representações sociais da hanseníase, 1994. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 131 f.

BECHLER, Reinaldo Guilherme. *Colônia Santa Isabel – A história de um estigma*, 2003. Monografia (Iniciação Científica / Departamento de História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BENHABIB, S. Toward a deliberative model of democratic legitimacy. In: BENHABIB, S. *Democracy and difference*: contesting the boundaries of the political. Princeton: Princeton University Press, 1996.

BÉNIAC, Françoise. O medo da lepra. In: LE GOFF, Jacques (org.). *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1997. p. 127-145.

BOHMAN, James. *Public Deliberation*: pluralism, complexity and democracy. Cambridge: MIT, 1996.

CARVALHO, Geraldo Barroso de. *Reis, Papas e "Leprosos"*. Belo Horizonte: Pelicano Edições, 2004.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil*. O Longo Caminho. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHAMBERS, Simone. *Jürgen Habermas and the politics of discourse*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1996. p. 90-105 e 155-172.

CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, Agostinho Dias (org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996. p. 05-43.

CLARO, Lenita B. L. *Hanseníase*: representações sobre a doença. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

COHEN, Joshua. Deliberation and democratic legitimacy. In: BOHMAN, J. & REHG, W. (Eds.). *Deliberative democracy*. London: MIT Press, 1997.

COHEN, Joshua. Procedure and substance in deliberative democracy. In: BENHABIB, S. (ed.) *Democracy and difference*: contesting the boundaries of the political. Princeton: Princeton University Press, 1996. p.95-119.

COOKE, Maeve. Five Arguments for deliberative democracy. *Political Studies Association*. Oxford: Blackwell, vol 48, p. 947-969, 2000.

DAGNINO, E. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-302.

DINIZ, Orestes. *Nós também somos gente*: (trinta anos entre leprosos). Rio de

Janeiro: Livraria São José, 1961.

DRYZEK, John S. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In: COELHO, Vera S. P.; NOBRE, Marcos. *Participação e deliberação* - teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 41-62.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Comunicação e sociabilidade: o jornalismo mais além da informação. *GERAES*, Revista de Comunicação Social, Belo Horizonte, Departamento de Comunicação Social, n. 47, 1995.

FUNG, Archon. Deliberation before the revolution: toward an ethics of deliberative democracy in an unjust world. *Political Theory*, vol. 33, n. 2, p. 397-419, jun 2005.

GAMSON, William. *Talking politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GOFFMAN, Erving. A ordem da interação. In: \_\_\_\_\_. *Os momentos e os seus homens*. Lisboa: Relógio d'Água editores, 1999.

\_\_\_\_\_. *Estigma* - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

\_\_\_\_\_. *Manicômios, prisões e conventos*. 7ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. p. 110-312.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. 3ª. Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GOULD, Tony. *A disease apart: leprosy in the modern world*. Nova York: St. Martin's Press, 2005.

GUERRA, Andréa M. C., GONÇALVES, Betânia D. & MOREIRA, Jacqueline O (org). *Clínica e inclusão social: novos arranjos subjetivos e novas formas de intervenção*. Belo Horizonte: Campo Social, 2002.

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. Deliberative democracy beyond process. In: FISHKIN, J.; LASLETT, P. (eds.) *Debating deliberative democracy*. Malden: Blackwell, 2003. p. 31-53.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade*, vol 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

\_\_\_\_\_. *The Theory of Communicative Action*, vol 2. Boston: Beacon Press, 1987.

\_\_\_\_\_. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova*. São Paulo, n.36, p. 39-53, 1995.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

KAKAR, Sanjiv. Leprosy in Índia: the intervention of oral history. In: PERKS, R.; THOMSON, A. (eds). *The oral history reader*. Londres/Nova York: Routledge, 1998.

KLANDERMANS, B. The social construction of protest and multiorganizational fields. In: MORRIS, A.D.; MUELLER, C. MC. *Frontiers in Social Movement Theory*: London: Yale University Press, 1992. p. 77-103.

MAIA, Rousiley C. M. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. In: LEMOS, A. et al. *Livro do XII Compós – Mídia.br*. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 09-38.

MEAD, George H. *Espiritu, persona y sociedad*. México: Paidós, 1993.

MELUCCI, Alberto. *Challenging Codes: Collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento: uma entrevista de Leonardo Avritzer e Timo Lyra com Alberto Melucci. In: AVRITZER, L. *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora: 1994. p. 183-211.

MONTEIRO, Yara. *Da maldição divina a exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo*. 1995. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 465 f.

MUELLER, Carol McClurg. Building Social Movement Theory. In: MORRIS, A.D.; MUELLER, C. MC. *Frontiers in Social Movement Theory*: New Haven/London: Yale University Press, 1992. p. 3-25

OLIVEIRA, M. L. W. Del R. de; MENDES, C. M.; TARDIN, R. T.; CUNHA, M. D.; ARRUDA, A. Social representation of Hansen's Disease thirty years after the term 'leprosy' was replaced in Brazil. *História, Ciência e Saúde. Manguinhos*, vol 10, suplemento 1: 41-8, 2003.

PAGE, Benjamin; Public Deliberation and Democracy. In: \_\_\_\_\_. *Who deliberates? Mass media in Modern democracy*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1996. p. 01-18.

PRADO, Marco Aurélio M. Psicologia política e ação coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do "nós". *Revista Psicologia e Política*. v.1, n. 1, p. 149-172, Jan/Jun 2001.

QUÉRÉ, Louis. D'un modèle épistemologique de la communication à um modèle praxéologique. *Réseaux*, Paris, CNET, n. 46/47, p. 69-90, mar-abril 1991.

RICHARDS, Jeffrey. Leprosos. In: \_\_\_\_\_. *Sexo, desvio e danação: as minorias na idade média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 153-166.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. 2ª. Edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SHAPIRO, Ian. Optimal deliberation? In: FISHKIN, J.; LASLETT, P. (eds.) *Debating deliberative democracy*. Malden: Blackwell, 2003. p. 121-137.

SIMMEL, Georg. Superordenação e subordinação / O efeito da subordinação sob o princípio das relações entre superiores e subordinados / A natureza sociológica do conflito / A competição. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 107-149.

SNOW, D.; ROCHFORD JUNIOR, E. B.; WORDEN, S. K.; BENFORD, R. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. *American Journal of Sociology*, 51, p. 464-81, 1986.

WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. In: \_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade*, vol. 1. 3ª. ed. Brasília: Editora UnB, 1994. p. 03-35; 187-233.

## Notas

<sup>1</sup> Para análises sobre teorias de movimentos sociais, ver Alexander (1998), Prado (2001), Mueller (1992) e Gohn (2002).

<sup>2</sup> Nesse sentido, vale citar a clássica *Teoria da Mobilização de Recursos*. Criada nos Estados Unidos dos anos 1960, a corrente tem como principais autores Olson, Oberschall, McCarrthy e Zald. De uma forma geral, os teóricos da mobilização de recursos (MR) rejeitam o foco psicológico que atenta para sentimentos e descontentamentos e aborda os movimentos sociais como grupos de interesse. "A variável mais importante da MR, como o próprio nome indica é a dos recursos" (Gohn, 2002: 51). A corrente foi criticada e revisada por autores de perspectivas variadas, cabendo aqui, citar os nomes de Myra Ferree, Jean Cohen, Bert Klandermans, William Gamson, Alberto Melucci, Alain Touraine, Jeffrey Alexander, Carol Mueller. De um modo geral, tais críticas indicam a negligência da teoria de MR a aspectos como cultura, valores, ideologias e sentimentos, bem como sua concepção restrita de política e sua adoção de um modelo puramente estratégico de racionalidade.

<sup>3</sup> O conceito de *interação* encontra uma de suas principais bases na sociologia de Georg Simmel, que o define como uma "ação mutuamente determinada" (Simmel, 1983: 109). Nesse aspecto, Simmel está ligado às noções weberianas de *ação social* e *relação social*. De acordo com Max Weber (1994), a *ação social* — seja ela determinada pela racionalidade teleológica, pela racionalidade referente a valores, por afetos e emoções, ou pela tradição — é sempre orientada pelas ações dos outros. Isso porque ela se processa no interior de uma *relação social*: um "comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência" (Weber, 1994: 16). Tal reciprocidade não diz respeito a uma certa solidariedade. Trata-se apenas de uma orientação mútua. Antecipando uma idéia que seria desenvolvida por G. H. Mead, Weber assinala que "há reciprocidade na medida em que o agente *pressupõe* determinada atitude do parceiro perante a própria pessoa [...] e orienta por essa expectativa sua ação, o que pode ter, e na maioria das vezes terá, conseqüências para o curso da ação e a forma da relação" (1994: 17). Na mesma trilha, Erving Goffman (1999) defende a centralidade da interação na conformação de indivíduos, de ações e da ordem social. Segundo o sociólogo, na ação reciprocamente referenciada e mutuamente modelada, os sujeitos constroem uma resultante em conjunto.

- <sup>4</sup> Essa idéia encontra raízes no pensamento de Mead (1993), que analisa as interações simbolicamente mediadas e seu papel na construção de sujeitos e da realidade social. Habermas (1987) potencializa as idéias de Mead, ao destacar o papel da linguagem não apenas na *coordenação da ação* e na *socialização*, mas também na busca do *entendimento mútuo*. Ele destaca que essa terceira função só pode ocorrer no momento em que a linguagem se torna moldada por uma gramática e pretensões de validade criticáveis podem ser levantadas.
- <sup>5</sup> Interessante assinalar, aqui, a semelhança entre a concepção de *discurso* presente em Charaudeau e o esforço teórico-filosófico de Habermas para agrupar elementos lingüísticos e pragmáticos da linguagem em um conceito de *discurso* que ultrapassa o nível meramente expressivo. O discurso não se restringe à sua dimensão *locucionária*, sendo construído interacionalmente quando do uso encarnado da linguagem.
- <sup>6</sup> Criticando a lingüística *pura hard*, Charaudeau (1996) faz uma interessante trajetória por várias perspectivas de estudo da linguagem e propõe um referencial que busca re-introduzir a inserção da linguagem na vida social e atentar para diádes que perpassam várias perspectivas (i.e. *proposicional X relacional, explícito X implícito, interno X externo*). Para Charaudeau, "aceitar a existência de um sentido relacional e de uma dimensão implícita da significação discursiva é aceitar que existe um 'fora da linguagem' (realidade extralingüística) que se combina de modo pertinente (...) com o local da manifestação discursiva" (1996:8). A significação é, assim, construída por meio de duas inter-relações: 1) entre os espaços interno e externo da construção lingüística; e 2) entre dois espaços enunciativos (eu-tu) interpostos por uma avaliação.
- <sup>7</sup> Cf. Cohen (1996; 1997), Bohman (1996), Benhabib (1996), Arato e Cohen (1994), Habermas (1995; 1997), Avritzer (2000), Gutmann e Thompson (2003), Ackerman e Fishkin (2003), Maia (2004), Dryzek (2004), Fung (2005), Cooke (2000), Shapiro (2003), Chambers (1996), Page (1996).
- <sup>8</sup> Para Honneth, "a particularidade dos modos de lesão física, como ocorrem na tortura ou na violação, não é constituída, como se sabe, pela dor puramente corporal, mas por sua ligação com o sentimento de estar sujeito à vontade de um outro, sem proteção, chegando à perda do senso de realidade" (2003: 215).
- <sup>9</sup> Ver Gould (2005), Carvalho (2004), Monteiro (1995), Kakar (1998), Béniac (1997), Bakirtzief (1994), Claro (1995), Richards (1993), Guerra et al (2002), Oliveira et al (2003), Diniz (1961).
- <sup>10</sup> Vale lembrar que esse processo de perda da cidadania tinha raízes bastante antigas. Já no édito de Rotário, rei dos lombardos, de meados do século VII d.C., infligia-se aos leprosos a morte civil (Carvalho, 2004).
- <sup>11</sup> Goffman lembra que "a perda de nosso nome é uma grande mutilação do eu" (2003: 27).
- <sup>12</sup> A respeito da noção de estigma, ver Goffman (1988)
- <sup>13</sup> Ilustrativo dessa desumanização é o próprio léxico empregado para falar de pessoas atingidas pela hanseníase. Sua face é "leonina", suas mãos são "em garra", seu pé é "eqüino", sua pele é "de ganço" e seu nariz é "em sela".
- <sup>14</sup> A articulação de movimentos, buscando "a formação de identidades coletivas em torno de princípios éticos universalizáveis, sem contudo eliminar as especificidades ou particularidades comunitárias, regionais, setoriais ou de outra natureza" (Scherer-Warren, 1996: 118) é uma tendência contemporânea.



- <sup>15</sup> Trata-se do *I Seminário Nacional de Antigos Hospitais-Colônia de Hanseníase*, promovido pelo Morhan, em parceria com o Ministério da Saúde e a Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, entre os dias 05 e 07 de novembro de 2004, no Rio de Janeiro. Além dos moradores das colônias, o encontro contou com a participação de estudantes, de representantes do poder público e do Conselho Nacional das Pessoas Portadoras de Deficiência.
- <sup>16</sup> Palavras de Artur Custódio (Coordenador Nacional do Morhan) em entrevista não-estruturada no dia 05 de novembro de 2004.
- <sup>17</sup> Os nomes dos participantes desse seminário aqui mencionados são todos fictícios.
- <sup>18</sup> O *Jornal do Morhan* é uma publicação impressa produzida pelo movimento desde 1982. Observa-se, assim, que o veículo é um espaço privilegiado para a divulgação de informações acerca da hanseníase e para o fortalecimento da identidade coletiva do movimento (através do estreitamento das relações e do reforço de determinadas perspectivas de leitura do mundo). Além disso, através dele, estabelecem-se relações com outros atores sociais — à medida que alguns deles são criticados e convocados ao debate — e as reivindicações por reconhecimento são explicitadas.
- <sup>19</sup> Como nos alerta Bakhtin (1992), os sujeitos e seus discursos não são *monológicos*, mas construídos no bojo dos diálogos sociais, sendo, portanto, perpassados por diversas vozes.
- <sup>20</sup> Agradeço aos comentários de Rousiley Maia na produção deste artigo, agradeço também, ao apoio da Capes.

